Sumário

Lista de ilustrações 17

Prólogo 19

Introdução 25

PARTE I
Premissas e problemas na tributação
da renda empresarial internacional

1 - Premissas: soberania e tributação 31
1.1 Elementos de conexão – Os princípios de delimitação da competência impositiva no plano internacional 38
1.2 Evolução dos princípios de delimitação da competência impositiva 48
1.2.1 Primeira fase: internacionalização pela filial (final do século XIX aos anos 20 do século XX) 49
1.2.2 Segunda fase: a dupla tributação internacional da renda – Da filial à afiliada (1920-1960) 50
1.2.3 Terceira fase: da afiliada à multinacional (de 1960 a 1990) 56
1.2.3.1 A multinacional como ente jurídico *sui generis*: a multijurisdicionalidade como característica base da empresa globalizada 58
1.2.3.2 A *vexata quaestio* da nacionalidade da empresa multinacional 61
1.2.4 Quarta fase: a relativização da personificação das sociedades (de 1990 até o presente) 67

2 - Problemas projetados pela globalização sobre a tributação internacional 71
2.1 Paraísos fiscais 71
2.2 O desenvolvimento tecnológico e a volatilização dos elementos da hipótese de incidência 79

3 - Conclusões provisórias: viabilidade da tributação da renda empresarial no mundo globalizado e de alta tecnologia 87

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

PARTE II

Alternativas de política tributária para a tributação da renda empresarial internacional

4 - Antecedentes: personificação das sociedades comerciais e tributação 99

4.1 Tributação separada da sociedade e do sócio 101

4.2 Tributação integrada na pessoa do sócio ou na sociedade 104

4.3 A mitigação (ou crise) da personalidade jurídica 107

5 - Principais instrumentos de combate à elisão fiscal internacional 113

5.1 O *arm's length* como corolário da separação dos entes jurídicos 117

5.1.1 O preço de transferência como mecanismo de materialização do *arm's length* 123

5.1.2 Distinção entre preços de transferência e critérios de valoração aduaneira 131

5.2 O regime jurídico das CFCs (*controlled foreign corporations*) 133

5.3 A regra geral antielisiva e o planejamento tributário 137

5.4 As regras especiais antielisão 141

5.4.1 Subcapitalização ou capitalização insuficiente (*thin capitalization*) 141

5.4.2 Escolha do tratado mais favorável (*treaty shopping*) 143

6 - Técnicas de tributação no mundo globalizado 147

6.1 A tributação em bases mundiais (*worldwide taxation*) 154

6.1.1 Pressupostos teóricos da tributação da renda em bases mundiais 157

6.1.2 A tributação do investidor por lucros não distribuídos na subsidiária estrangeira 161

6.2 A tributação unitária como alternativa inovadora 169

7 - Conclusões provisórias acerca das alternativas para a tributação da renda empresarial internacional 177

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

PARTE III

A regulação do tema no Direito brasileiro

8 - Os tratados brasileiros para evitar a dupla tributação 183

9 - Evolução histórica – O tratamento da tributação da renda internacional no Brasil 195

10 - Arcabouço normativo em vigor – Transição da territorialidade para a universalidade 201
10.1 A visão geral da doutrina 205
10.2 A jurisprudência conflitante 216
10.2.1 Caso pendente no Plenário do Supremo Tribunal Federal – A ADI 2.588/DF e a tributação dos lucros *vs* a tributação dos dividendos 217
10.2.2 A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça face aos princípios internacionais 225
10.2.3 A jurisprudência administrativa do Conselho de Contribuintes 235

11 - Revisão crítica da sistemática brasileira 243
11.1 Por uma adequada formulação dos pressupostos teóricos e da questão-problema 244
11.1.1 A questão da aplicação dos tratados (*treaty protection*) 253
11.2 A compreensão da legislação brasileira à luz do regime normativo das CFCs 257

12 - Conclusões provisórias – A tributação brasileira da renda empresarial internacional 263

PARTE IV

Uma proposta de sistematização

13 - Soberania tributária e lucros no exterior 269

14 - O direito do investidor à participação nos lucros e tributação ... 273

15 - Uma visão sistêmica do regime brasileiro de tributação em bases universais 279

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

15.1 Aspecto material da hipótese de incidência 283
15.2 A disponibilização do resultado como aspecto temporal da hipótese de incidência 284
15.3 Aspecto quantitativo da hipótese de incidência 287
15.4 Sujeição passiva 288
15.5 A questão do crédito do imposto pago e o tratamento dos prejuízos fiscais 288

16 - Conclusões provisórias – Por uma sistematização do regime brasileiro de tributação internacional 291

PARTE V

O método da tributação unitária como alternativa à tributação internacional da renda no Brasil

17 - Conceituação do método da tributação unitária 297

18 - A tributação unitária e as fórmulas de alocação de receitas: a experiência norte-americana 303

19 - A controvérsia instaurada: vantagens e desvantagens 311

20 - A manifesta compatibilidade das fórmulas de alocação de receitas com o arcabouço constitucional brasileiro 317

21 - Conclusões provisórias: uma proposta de tributação da renda no Brasil 327

Conclusões finais 333

Referências 337

APÊNDICE 373
Dupla tributação da renda 373
1 O surgimento da dupla tributação internacional da renda 373
1.1 Conceituação do problema 373
1.2 A dupla tributação interna e internacional 375
1.3 A dupla tributação econômica e jurídica 376
2 O desafio vencido: a dupla/múltipla tributação internacional da renda – Medidas unilaterais e tratados internacionais 378

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.1 A função dos tratados na alocação de competências: os métodos disponíveis para evitar a bitributação 380
Método da isenção integral 380
Método da isenção com progressividade 381
Método da imputação (*tax credit*) 382
2.2 As medidas unilaterais para evitar a bitributação 383
ANEXO A - Países com tributação favorecida 385
ANEXO B - Proposta Kennedy de reforma 387
ANEXO C - Estudo UNCTAD: as 100 maiores multinacionais não financeiras por ativos no exterior 401
ANEXO D - Alíquotas incidentes na fonte sobre dividendos pagos a residentes no Brasil 405
ANEXO E - Proposta de legislação antielisiva (*CFC*) 407

Índice 409

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br